



FIC – Faculdades Integradas de Caratinga

**Lorena Cristina de Paula**

**Regiene Ribeiro de Lima**

**PERFIL DA ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO DOS  
ESTADOS BRASILEIROS COMPARADO COM SUA  
CAPACIDADE DE INVESTIMENTO.**

Caratinga - MG

2016



**Lorena Cristina de Paula**  
**Regiene Ribeiro de Lima**

## **PERFIL DA ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS COMPARADO COM SUA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Caratinga, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis sob orientação da Professora Aucione Aparecida Barros Guimarães e co-orientação do professor Roberto Miranda Pimentel Fully.

Caratinga - MG

2016

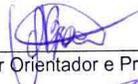
**PERFIL DA ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS  
COMPARADO COM SUA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO**

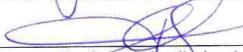
**Nome completo do aluno:** LORENA CRISTINA DE PAULA / REGIENE RIBEIRO DE LIMA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado perante a Banca de Avaliação composta pelos professores AUCIONE APARECIDA BARROS GUIMARÃES, ROBERTO MIRANDA PIMENTE FULLY e VAGNER BRAVOS VALADARES, às 19.00 horas do dia 13 de DEZEMBRO de 2016, com requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em CIÊNCIAS CONTÁBEIS. Após a avaliação de cada professor e discussão, a Banca Avaliadora considerou o trabalho: Aprovado 87,5 (aprovado ou não aprovado), com a qualificação: Ótima (Excelente, Ótima, Bom Satisfatório ou Insatisfatório).

Trabalho indicado para publicação:  SIM ( ) NÃO

Caratinga, 13 de DEZEMBRO de 2016

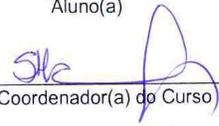
  
\_\_\_\_\_  
Professor Orientador e Presidente da Banca

  
\_\_\_\_\_  
Professor Avaliador 1

  
\_\_\_\_\_  
Professor Avaliador 2

Lorena C - Paula   
\_\_\_\_\_  
Aluno(a)

Regiene Ribeiro de Lima   
\_\_\_\_\_  
Aluno(a)

  
\_\_\_\_\_  
Coordenador(a) do Curso

Dedico este trabalho ao meu filho Davi Lucas, aos meus avôs, minha mãe, meus irmãos e ao meu marido.

Lorena Cristina de Paula.

Dedico este trabalho de conclusão da graduação aos meus pais, ao meu namorado e amigos que de muitas formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a concretização deste trabalho.

Regiene Ribeiro de Lima.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde e força pra superar as dificuldades. Ao meu filho Davi Lucas que é inspiração pra tudo que faço. Aos meus avôs Jose Pedro e Maria que sempre me incentivaram em minhas decisões. A minha mãe Andréa, meus irmãos Pedro e Ruan pelo amor e apoio sempre. A meu marido Paulo Cesar por não me deixar desistir. A minha orientadora Aucione e professor Roberto Fully pelo suporte, correções e incentivos nesse tempo corrido de trabalhos e estudos. E a todos que fizeram parte da minha formação, o meu muito Obrigado.

Lorena Cristina de Paula.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me ouviu nos momentos difíceis, me confortou e me deu forças para chegar onde estou.

Aos meus pais, Jair e Sônia, que não só neste momento, mas em toda a minha vida estiveram comigo, obrigada por toda a compreensão, apoio e estímulo nesta caminhada.

Ao meu namorado por todas as vezes que me disse “continue vai dar tudo certo”.

À professora Aucione, pela paciência, dedicação e incentivo na orientação, que tornou possível a conclusão desta monografia. Ao professor Roberto Fully pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas dicas e correções.

Enfim, um muito obrigada a todos que me apoiaram em mais esta jornada!

Regiene Ribeiro de Lima.

*“Seja você quem for, seja qual for à posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá”.*

*(Ayrton Senna).*

## RESUMO

O presente estudo mensura os efeitos do endividamento e da composição orçamentária sobre as taxas de crescimento da economia brasileira. A relevância do estudo se deu com base na necessidade de analisar e de conhecer como é organizada a gestão pública, com os gastos e os investimentos, e como isso afeta no desenvolvimento do estado e do bem estar da sociedade. O objetivo da presente pesquisa foi identificar e analisar o endividamento dos estados brasileiros e sua relação com o investimento público. A abordagem foi de natureza explicativa e exploratória, utilizando-se modelo de Regressão Linear Múltipla, através do cálculo da matriz sumarizada de estatística descritiva e matriz de correlação entre as variáveis que definem o perfil dos estados. O trabalho abordou, com base teórica, temas relacionados ao desenvolvimento econômico e gestão pública. A coleta de dados se deu por meio da análise do Balanço Orçamentário de cada estado brasileiro no período de 2005 a 2015.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento econômico. Gestão Pública. Investimento Público

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CTN – Código Tributário Nacional

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRBES – Índices de Retorno de Bem Estar à Sociedade

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

PIB – Produto Interno Bruto

TCE-MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1.1 Desenvolvimento Econômico Regional .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2. Crescimento Econômico .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2.1 Medidas de Crescimento Econômico .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 PIB .....</b>	<b>17</b>
<b>2.3.1 PIB por estados .....</b>	<b>18</b>
<b>2.4 IDH .....</b>	<b>19</b>
<b>2.5 Gestão Pública .....</b>	<b>20</b>
<b>2.5.1 Gasto Público .....</b>	<b>21</b>
<b>2.6 Orçamento Público.....</b>	<b>22</b>
<b>2.7 Planejamento Orçamentário.....</b>	<b>23</b>
<b>2.8 Investimento Público .....</b>	<b>24</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
<b>4. ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>32</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente observa-se que a relação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico tem sido um tema bastante debatido na literatura econômica.

Fonseca (2006) apresenta que o desenvolvimento econômico consiste em um processo de enriquecimento dos países e dos seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou infra-estrutura social, e também em um crescimento de produção nacional das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica.

Para Souza (2011), o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico.

Esta pesquisa contribuiu para analisar a relação entre grau de endividamento e capacidade de investimento. Dessa forma, foi definido como situação problemática: Os Estados brasileiros que se mantêm regular com suas obrigações tem capacidade de investimento?

O Objetivo geral deste estudo foi averiguar quais estados possuem maior capacidade de investimento, cumprindo suas obrigações regularmente. Os objetivos específicos foram conhecer o crescimento econômico e seus índices, identificar a importância da gestão pública no bem estar social e verificar como é feito os investimentos públicos.

A presente pesquisa se justifica devido à necessidade de conhecer como é organizada a gestão pública, com os gastos e os investimentos, e como isso afeta no desenvolvimento do estado e do bem estar da sociedade.

Definiu-se a presente pesquisa como explicativa e exploratória sobre o desenvolvimento e crescimento econômico e análise dos balanços orçamentários de 2005 a 2015 de alguns estados brasileiros.

O presente trabalho foi dividido em oito capítulos. Na introdução foi apresentado o os objetivos e a justificativa pela escolha do tema, o problema, assim como as hipóteses. No segundo ao sexto capítulos, foi exposto uma revisão bibliográfica sobre desenvolvimento e crescimento econômico, PIB, IDH e conceitos básicos da Gestão Pública, como os investimentos, gastos e orçamento públicos.

A metodologia de pesquisa foi apresentada no sétimo capítulo. No oitavo capítulo foi explanada a análise dos resultados. Por fim, o nono capítulo traz as considerações finais e sugestões de melhoria e no último e décimo capítulo estão as referências bibliográficas.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 Desenvolvimento Econômico

Lewis (1955) diz claramente que há três causas "próximas" do desenvolvimento: o esforço para poupar; o aumento do conhecimento e sua aplicação; bem como, o aumento de capital e outros recursos per cepite." Porém, o ponto crucial está em explicar quais os fatores responsáveis pelo desenvolvimento de uma nação, ou mais precisamente, quais as causas do desenvolvimento.

HIGGINS (1959) observa que "a tarefa fundamental da análise econômica do problema do desenvolvimento é descobrir quais dos círculos viciosos são os causadores dos demais, e que deverão ser prontamente rompidos, bem como, os que podem ser convertidos em mecanismos realimentadores (feedback mechanisms) provocando o crescimento contínuo (sustained growth).

Oliveira (2002) acredita que, de forma geral, o desenvolvimento econômico deve resultar do crescimento econômico e necessariamente deverá estar acompanhado de melhorias visíveis na qualidade de vida da população.

Pereira (2008) afirma que o desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

Já Vasconcellos e Garcian (2008, p. 255) consideram que o desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Deste modo, se verifica que só é possível aos entes públicos atender as necessidades básicas da população, por meio da execução orçamentária, que se caracteriza como a concretização do orçamento, com a consecução de um conjunto de atividades.

### 2.1.1 Desenvolvimento Econômico Regional

Cardoso (2002) afirma que a promoção do desenvolvimento econômico regional tem como condicionante relacionado à sua materialização a construção de novas referências legitimadoras da sua efetivação, distintas da simples acumulação de recursos financeiros.

Cavalcante (2008) salienta que ao pensar no desenvolvimento de uma região em particular, deve-se ter em mente o conceito de desenvolvimento regional. As principais teorias que abordam esse tema embasam-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida.

Para Willers (2006, p.68) o desenvolvimento regional consiste, principalmente, na implantação simultânea de uma série de projetos que acelerem as pressões e os mecanismos de indução. Pode-se constatar a necessidade de uma atenção aos aspectos estratégicos do processo de desenvolvimento regional, a procura de mecanismos que possam despertar o espírito empreendedor da região, definir o potencial da região, a busca de recursos e principalmente a união de interesses públicos e privados em busca de soluções.

Já para Barros (2008), o desenvolvimento econômico regional inclui fatores relacionados ao campo da cultura. Nas últimas décadas, a historiografia assistiu a um claro crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada pelas dimensões da economia e da vida material.

Santos (2011) discorre sobre a necessidade de articulação da análise do desenvolvimento em dois sentidos. Primeiro, com a rejeição da avaliação pautada apenas em indicadores econômicos. Segundo, com a constituição de uma história do desenvolvimento capaz de incorporar o tempo e o espaço como variáveis que ajudam a compreender a constituição histórica das diferentes concepções sobre o que é e como alcançar o desenvolvimento.

Nota-se que o Desenvolvimento econômico deve ser complementado por indicadores que representem, ainda que de forma incompleta, a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, bem como a elevação das condições de saúde, nutrição, higiene, moradia, dentre outras variáveis sociais. Dessa forma é possível reconhecer no Brasil que há diferenças no desenvolvimento econômico comparando estes indicadores.

## 2.2. Crescimento Econômico

Jones (2000) destaca que o crescimento econômico é tido como a quantidade de trabalho e de capital disponível em um determinado país ou região supondo os recursos naturais como dados (fixos) incorporando também um componente chamado taxa de progresso tecnológico.

Vasconcellos (2000) apresenta uma classificação das fontes de crescimento para analisar as diferenças de desenvolvimento econômico a partir dos elementos que constituem a função de produção agregada do país. Desse modo, o crescimento da produção e da renda decorre de variações na quantidade e na qualidade de dois insumos básicos: capital e mão-de-obra.

O autor considera como fontes de crescimento: a) aumento na força de trabalho, derivado do crescimento demográfico e da imigração; b) aumento do estoque de capital, ou da capacidade produtiva; c) melhoria na qualidade da mão-de-obra, por meio de programas de educação, treinamento e especialização; d) melhoria tecnológica, que aumenta a eficiência na utilização do estoque de capital; e) eficiência organizacional referente à interação dos insumos.

Sandroni (2002, p.169) destaca o conceito de desenvolvimento econômico como “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

Furtado (2004: p. 484), considera o “crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”.

Segundo Vecchiatti (2004, p. 90) o crescimento econômico, por si só, não traz automaticamente o desenvolvimento. Na prática, a equação que relaciona crescimento e desenvolvimento, ainda não está com suas variáveis equilibradas; ela ainda desafia os economistas questionando se o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável estaria realmente na contramão do crescimento econômico.

Segundo Siedenberg (2006), crescimento é um processo de mudanças de caráter predominantemente quantitativo, significando aumento em dimensão, volume e/ou quantidade.

Portanto o crescimento econômico pode ser considerado o aumento da quantidade de mercadorias e serviços produzidos por uma economia dentro de um determinado período de tempo.

### **2.2.1 Medidas de Crescimento Econômico**

Barro (1990) enfatiza a distinção entre bens e serviços públicos que entram na função utilidade e aqueles que complementam a produção do setor privado. Os primeiros parecem ter efeitos negativos sobre o crescimento. Isto porque, ainda que forneçam utilidade para as famílias, os impostos mais altos, necessários para financiá-los, reduzem o retorno dos investimentos privados, o incentivo a investir e, conseqüentemente, o crescimento.

Para Bresser (2006), os dois fatores fundamentais a determinar, diretamente, o desenvolvimento econômico são a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção.

Segundo Pereira (2008) a medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade; já os níveis comparativos de desenvolvimento econômico são geralmente medidos pela renda em termos de PPP (purchasing power parity) por habitante porque a renda ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal.

Freitas (2010) considera a magnitude do PIB (ou PNB) como uma importante medida do desempenho econômico de um país. Contudo, para que ela funcione efetivamente como indicador do potencial de geração de renda e da produtividade é preciso relativizá-la pelo tamanho da população do país. Assim, a mais importante variável de desempenho é o produto per capita e não o valor absoluto do produto agregado.

Para Souza (2011), a insuficiência de recursos e a necessidade de planejamento constituem as críticas principais do crescimento diversificado. O

crescimento desequilibrado em setores-chave pode aproveitar melhor os recursos disponíveis.

Observa-se que o crescimento econômico está estritamente ligado às medidas adotadas pelo país para alavancá-lo. Estas medidas podem sofrer alterações devido à mudança da administração pública, a economia mundial e fatores internos.

## **2.3 PIB**

Conforme Wautiez et alli (2003), o PIB de um país ou região se constitui no indicador econômico mais conhecido, que se impôs depois da Segunda Guerra Mundial. Por muito tempo a sua variação foi praticamente a única bússola dos dirigentes políticos, uma vez que maiores fluxos monetários proporcionam maior bem-estar no sentido de maior consumo para a população.

Para Mankiw (2005), o PIB mede duas coisas ao mesmo tempo: uma delas é o somatório da renda de todos os indivíduos do sistema econômico; a outra é o dispêndio total dos bens e serviços que são produzidos na economia.

Segundo Feijó (2001, p.14) PIB é “a medida de um país ou região representando a produção de todas as unidades produtoras da economia (empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governo), num dado período, avaliadas a preço de mercado”.

Na conceituação de Tremea (2011, p.2) “O PIB pode ser calculado sob diversas óticas, considerando-se o valor adicionado por setores de atividade econômica, que deve ser igual a renda gerada, bem como pode ser obtido pelo dispêndio da sociedade. ”

Meneguim (2013) afirma que o Produto Interno Bruto é o principal indicador da riqueza de um país, representando a soma dos bens e serviços produzidos por uma nação. Essa medida leva em conta três grupos principais de atividades: agropecuária, indústria e serviços.

Atualmente no Brasil, o PIB é calculado através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e essa mensuração anual permite às autoridades

governamentais utilizarem políticas públicas com o objetivo de promover um maior crescimento econômico do país.

Portanto o PIB representa um forte indicador para a economia mundial, sendo um dos principais indicadores da riqueza de um país ou região.

### **2.3.1 PIB por estados**

Conforme IPEA (2012), em 2010, a região Sudeste concentrava 55,4% do PIB brasileiro, a região Sul, 16,5%, a Nordeste 13,5%, a Centro-Oeste 9,3% e a Norte 5,3%. Desde 1995, vem ocorrendo uma desconcentração em relação ao PIB correspondente a cada Grande Região, com ganhos na participação das regiões Nordeste (1,5 pp), CentroOeste (0,9 pp), Norte (0,9 pp) e Sul (0,3 pp), e perda na participação da região Sudeste (3,7 pp).

Ainda segundo o instituto, a concentração regional é presente também quando analisada do ponto de vista da parcela do PIB brasileiro acumulada por cada estado em 2010. Oito Unidades da Federação concentravam 77,8% do PIB do Brasil em 2010: três UF da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), três da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), uma da região Centro Oeste (Brasília) e um da região Nordeste (Bahia). Também em 2010, seis municípios concentravam 25% de toda a geração de renda do País e 13,7% da população.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro recuou 0,6% em relação ao trimestre anterior de 2016. É o sexto trimestre seguido de queda. Em valores correntes, o PIB chegou a R\$ 1,5 trilhão.

Caoli (2016), afirma que no cálculo do PIB, também são considerados os números referentes ao setor externo. As exportações, por exemplo, cresceram 0,4%, em ano de valorização do dólar sobre o real. Em compensação, as importações cresceram 4,5%.

Tal pesquisa evidencia-se que a parte Norte e Nordeste do país apresentam os menores índices do PIB do Brasil. Isso demonstra quanto é escasso o investimento e desenvolvimento econômico nestas regiões.

## 2.4 IDH

Montibeller (1999) discorre que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado na década de 1990 pela ONU (pelos renomados economistas Mahbub UI Haq e por Amartya Sen), considera não só as necessidades fundamentais e materiais, tais como a condição política, cultural e social, isto é, a realização do indivíduo em suas múltiplas dimensões.

Segundo Torres et AL (2003) ao se avaliar como vivem as pessoas de uma região ou de um país, mais do que conhecer sua renda, deve-se ter a preocupação de saber como esse dinheiro é distribuído e se ele permite o atendimento às suas necessidades básicas e o acesso a serviços médicos de qualidade e a uma boa educação. Além disso, deve-se levar em conta se as pessoas desfrutam de condições dignas de trabalho, se são amparadas pela lei e se possuem uma vida social e um suporte familiar satisfatórios, fatores essenciais quando se pensa em dignidade humana.

Veiga (2005, p. 87) enfatiza o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) uma vez que “as decisões políticas muitas vezes demandam uma medida sumária que incida mais claramente no bem-estar humano do que no rendimento”.

Segundo o Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), qualidade de vida refere-se à “percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

De acordo com Souza (2011), no interior do Brasil, o desenvolvimento tem sido muito desigual. O Distrito Federal (DF) lidera o ranking de desenvolvimento humano no Brasil, por concentrar a massa salarial da administração pública federal e dos gastos elevados na área de educação e saúde. Os Estados Brasileiros com maior índice de desenvolvimento são Santa Catarina (0,822), São Paulo (0,820) e Rio Grande do Sul (0,814). Os estados das regiões sul e sudeste possuem maiores IDH, seguindo-os os Estados do Centro-Oeste, com forte base agroindustrial, Norte e Nordeste.

O PNDU (2012), conceitua que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do

desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O cálculo do IDH é composto a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e produto interno bruto (PIB) per capita.

Segundo Meneguim (2013) o objetivo do IDH, é comparar a qualidade de vida oferecida a população. O relatório anual do IDN é elaborado pelo (PNUD) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento . Esse índice é calculado com base em dados econômicos e sociais, e apresenta valores que vão de 0 (nenhum desenvolvimento econômico) a 1 ( desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. O IDH também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões.

Observa-se que o IDH demonstra além dos fatores econômicos, os fatores ligados ao bem estar como saúde e qualidade de vida. Sendo necessário que os estados acompanhem o crescimento e ofereça a sua população saúde, educação, desenvolvimento humano.

## **2.5 Gestão Pública**

Conforme Mintzberg; Ahlstrand; Lampel (2000), o conceito de gestão, sob a ótica da Administração, está relacionado com o conjunto de recursos decisórios e a aplicação das atividades destinadas aos atos de gerir.

De acordo com Cruz e Silva (2001, p. 1) a gestão pública pode ser classificada em Estatal e Não-Estatal ou Terceirizada. Na gestão pública estatal o Estado assume diretamente as etapas do processo gerencial da ação governamental, esse processo é composto pela formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento das ações pretendidas pelo governo. Podendo ser uma “gestão pública desconcentrada” – ações distribuídas entre o próprio ente – ou uma “gestão pública descentralizada” – onde as ações governamentais são distribuídas a outros entes governamentais.

Segundo Meirelles (2004, p. 64), administração pública é todo o aparelhamento do Estado, pré-ordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Para Di Pietro (2005, p. 54), administração pública compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das funções em que se reparte a atividade estatal, sendo essas funções, exercidas pelo Executivo, Legislativo e Judiciário.

É citado por Freire (2007, p. 2) que a administração pública atua por intermédio de suas entidades (pessoas jurídicas), de seus órgãos (centro de decisões) e seus agentes, objetivando externar a vontade e decisões a sociedade.

A administração pública, cita Kohama (2010, p. 9), “é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização dos seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.”.

Nota-se que a administração pública ao atuar por meio de entidades, órgãos e agentes públicos deverá sempre estar visando à realização dos seus serviços para a sociedade.

### **2.5.1 Gasto Público**

No artigo 12, capítulo II da lei 4.320/64, estatuem-se normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, onde o gasto público é classificado em gasto corrente (despesas de custeio e transferências correntes) e gasto com capital (investimentos, inversões financeiras e transferências de capital).

De acordo com Resende (2001), os gastos públicos podem ser classificados de acordo com a finalidade, natureza e quanto a seu agente encarregado da execução do gasto.

Conforme Riani (2002) os gastos públicos compreendem a soma de todos os gastos governamentais com a administração (direta e indireta) mais as despesas com atividade econômica produtiva do governo. A sua classificação é realizada conforme a finalidade, natureza e função, abrangendo o governo, desconsiderando os gastos das atividades econômicas do governo. Devido ao grau de detalhamento das informações, a apresentação dos gastos realizados pela administração direta e indireta pode ser dividida em grandes agregados, categorias econômicas ou em funções.

Mazoni (2005) analisa os impactos da política fiscal sobre o produto da economia. Para tanto, separa os gastos públicos em consumo e investimento, e considera ainda os investimentos privados, pois observa que os impactos dos gastos públicos podem ocorrer de duas formas: diretamente sobre o produto da economia e indiretamente por meio do impacto nos investimentos privados.

Conforme Silva (2012), a divisão dos gastos públicos em dois tipos: aqueles considerados improdutivos, pois não afetam o crescimento de longo prazo; e os produtivos que, introduzidos na função de produção local, relacionam-se positivamente com o crescimento econômico de longo prazo.

Verifica-se a necessidade de se ter um controle maior dos gastos públicos, pois os mesmos influenciam no crescimento econômico.

## **2.6 Orçamento Público**

Conforme o artigo 1º da lei nº 4.320/64, o orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo obedecendo os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

De acordo com Souza (2002), além da clássica função de controle político, o orçamento apresenta outras funções mais contemporâneas, do ponto de vista administrativo, gerencial, contábil e financeiro. No Brasil, a função incorporada mais recentemente foi à função de planejamento, que está ligada à técnica de orçamento por programas. De acordo com essa ideia, o orçamento deve espelhar as políticas públicas, propiciando sua análise pela finalidade dos gastos.

Piscitelli (2009) afirma que orçamento público é o instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

Silva (2012) define que “o orçamento é um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, que evidencia a política econômico-financeira do Governo e em cuja elaboração foram observados os princípios da unidade, universalidade, anualidade, especificação e outros”. Tendo o papel de controlador

das finanças é importante que o orçamento expresse a realidade, de forma precisa, quanto à previsão das receitas e à fixação das despesas.

Identifica-se que o orçamento público pode ser considerado um instrumento de planejamento de suma importância, por apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas evidenciando os programas de governo anuais.

## **2.7 Planejamento Orçamentário**

A Constituição Federal de 1988 adotou um desenho uniformizador (one size fits all). Todos os planos e prioridades devem se compatibilizar com o Plano Plurianual (PPA). As finanças públicas, incluindo receitas e despesas, devem estar contidas no Orçamento Geral da União (OGU). E a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve fazer a coordenação entre o PPA, o macroplanejamento de médio prazo e o OGU, que aloca recursos para os compromissos públicos de um exercício financeiro.

Ainda segundo a constituição o Poder Executivo tem a responsabilidade pelo sistema de Planejamento e Orçamento, e a iniciativa dos seguintes projetos de lei Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA).

Em seu Art. 165, § 2º, a mesma rege que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual.

E no inciso V do mesmo artigo que a Lei Orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal (referente aos Poderes da União); o de investimentos das empresas em que a União detenha a maioria do capital social e o da seguridade social (abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados).

Segundo Borges (2006) o Plano Plurianual (PPA) destina-se a estabelecer os programas e as metas governamentais de médio prazo. Caracteriza-se como planejamento para a promoção de desenvolvimento econômico, do equilíbrio entre as diversas regiões do país e da estabilidade econômica.

O mesmo autor ainda afirma que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) se caracteriza como uma lei muito mais importante do que a orçamentária, cabendo-lhe apenas espelhar em valores e empreendimentos específicos a alocação de recursos definidos pela LDO, ao definir as prioridades e metas setoriais para aquele exercício.

Giacomoni (2007) afirma que o Plano Plurianual passa a se constituir na síntese dos esforços do planejamento de toda a administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como do próprio orçamento anual.

Piscitelli (2009) discorre que os recursos dos orçamentos fiscal e Seguridade Social provêm essencialmente da cobrança de tributos e contribuições, e da exploração do patrimônio dos órgãos públicos. Já o orçamento de investimento das estatais compreende apenas as aplicações na reposição de sua capacidade de produção.

Dessa forma, para tornar efetivo o planejamento governamental e possibilitar a integração do ciclo orçamentário, a LDO deve vir em sequência ao PPA, tendo como finalidade possibilitar a conexão entre este e a LOA.

## **2.8 Investimento Público**

Aschauer (1989) encontra evidência de um impacto positivo do investimento público (em particular estradas, ruas, sistemas de água, etc...) sobre o crescimento econômico e a produtividade do setor privado nos Estados Unidos no período 1949-85.

Fonseca (2006) afirma que a principal variável econômica responsável pelo aumento da riqueza é o investimento, ou acumulação de meios de produção, que depende de fontes adequadas de financiamento e está associado a inovações técnicas e a níveis satisfatórios de educação da força de trabalho.

Estima-se, de acordo com Bicudo (2007), que os investimentos produtivos no Brasil apresentam taxas equivalentes a países com economias maduras (cerca de 18%), o que não é condizente com um país emergente que precisa crescer de forma sustentada, a fim de gerar renda e emprego para a população. E para aproximar a taxa potencial de crescimento da economia brasileira aos percentuais de 6 a 11%

atingidos pelas principais economias emergentes do mundo, seria necessária uma taxa de investimento em torno de 22% do PIB; o que demandaria a elevação da poupança interna.

Reis (2008) salienta que o investimento público tem efeitos complementares ao investimento privado porque, do lado da demanda, sustenta o ciclo econômico e expande e integra o mercado, e do lado da oferta, afeta a produtividade geral da economia e antecipa os ciclos de investimento (se houver planejamento econômico).. O volume e a composição dos investimentos públicos são cruciais para a taxa de investimento, para a sua distribuição setorial e para a produtividade do conjunto da economia.

Observa-se que a qualidade de vida da sociedade tem sido uma consequência do investimento público. Por isso, os governantes devem ter o controle de despesas e receitas públicas, podendo desta forma obter fundos para investimentos públicos em saúde, educação e infra-estrutura.

### 3. METODOLOGIA

Para identificar o reflexo do endividamento dos estados e sua perspectiva de investimentos, foi feita uma pesquisa explicativa e exploratória sobre o tema em questão.

Para Vergara (2005), existe vários tipos de pesquisa, com diferentes taxionomias. No entanto, a autora propõe dois critérios básicos. São eles: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa em questão é exploratória e explicativa. Segundo a autora, pesquisa explicativa pretende explicar a ocorrência de um fenômeno. “A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível justificá-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno.

Quanto aos meios, a autora classifica como pesquisa de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, ex post fact, o participante, pesquisa-ação e estudo de caso. Estes tipos de pesquisa, segundo a mesma, não são mutuamente excludentes.

Gil (2007) menciona que a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

O uso desse tipo de pesquisa se justifica na afirmativa de Gil, que defende a ideia de que ela permite identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de certos fenômenos, também sendo o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade.

Quanto aos meios, utilizou-se também a pesquisa bibliográfica, através da revisão de literatura sobre o tema exposto, incluindo suas ferramentas analíticas, pesquisa documental.

Os dados foram levantados através do Balanço Orçamentário, no período de 2005 a 2015 dos estados brasileiros, por meio de uma pesquisa quantitativa estatística referencial com múltiplas variáveis.

Os Estados analisados foram: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito federal, Mato grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins. Por não conter todos os dados necessários foram excluídos da pesquisa os estados: Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Roraima.

Para o cálculo desse estudo, foi necessária a retirada de algumas informações dos balanços orçamentários dos estados brasileiros.

Foi utilizado o modelo de Regressão Linear Múltipla, através do cálculo da matriz sumarizada de estatística descritiva e matriz de correlação entre as variáveis que definem o perfil dos estados.

Segundo Baptistella (2005) o modelo de Regressão Linear Múltipla é o preferido dos avaliadores, por ter se mostrado bastante eficiente, embora fatores tais como: a complexibilidade dos modelos, dificuldades de implementação, excesso de variáveis envolvidas e desconhecimento da relação entre estas variáveis, possam comprometer a análise.

Para Gujarati (2004) o objetivo da análise de regressão é estimar a média da população dependente em termos das outras variáveis explicativas, é necessário buscar a representação de uma reta que aproxime os pontos, reduzindo assim a dispersão dos pontos em torno desta nova reta. O Modelo da regressão linear com múltiplas variáveis utilizado em cada estado foi:

$$IP = \alpha + \beta_1 IF + \beta_2 AM + \beta_3 EF + \beta_4 A + \mu$$

No caso de uma Regressão Múltipla o coeficiente de determinação deve computar também o quociente entre a variação. Na fórmula acima o IP = Investimento público (variável dependente);  $\alpha$  = Alfa inclinação da equação; IF = Inversões financeiras (variável explicativa); AM = Amortização (variável explicativa); EF = Estado da Federação (variável explicativa); A = Ano (Variável explicativa);  $\mu$  = erro residual da fórmula.

#### 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A matriz sumarizada de estatística descritiva apresentada no teste seguinte, as observações por variável, a média, o desvio padrão, o mínimo e o máximo obtido em cada variável, os valores obtidos de investimentos, inversões e amortizações estão apresentados em número com logaritmo,, ou seja os valores absolutos financeiros foram transformados em valores na mesma base de logaritmo, assim reduz a discrepância de escalas.

Tabela 1: Matriz sumarizada de estatística descritiva

Variable	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Investimento	220	8.871455	.5553695	6.29	10.12
Estados	220		5.775478	1	20
Ano	220			2005	2015
Inversões	215	7.681395	.9681594	4.75	9.65
Amortizações	220	8.439636	.7174325	5.2	9.86

Fonte: Dados da pesquisa - Software Stata 10.0

No teste de número 4 (tabela 1) a matriz de correlação entre variáveis mostra a relação de influência entre as variáveis demonstrando assim quanto uma variável tem correlação com a outra, esta correlação se dá pela análise de co-variância. O objetivo desta matriz é servir como teste para capturar possível exceção de correlação entre variáveis que poderia dar viés a análise da regressão.

Tabela 2: Matriz de correlação entre as variáveis que definem o perfil dos estados

	Invest	Estados	Ano	Inversão	Amortização
Investimento	1,0000				
Estados	0,1695	1,0000			
Ano	0,1234	-0,0248	1,0000		
Inversões	0,6194	0,3198	0,1347	1,0000	
Amortizações	0,8773	0,2074	0,1091	0,6305	1,0000

Fonte: Dados da pesquisa - Software Stata 10.0

As variáveis Investimento X amortização apresenta uma alta correlação de 0.8768 e Inversões X Ano uma correlação de 0.880, entretanto as demais variáveis apresenta uma correlação baixa, entretanto significativa.

Esse teste mostra que as variáveis são correlacionadas o que já era esperado dado à natureza orçamentária e financeira das mesmas, porém não foi detectado possibilidade de viés na análise.

<i>Investimento</i>	Coef.	t	P> t
Estados	-.0034922	-1.04	0.302
Ano	.0032482	0.56	0.577
Inversões	.069081	2.74	0.007
Amortizações	.6277887	19.28	0.000
_cons	- 3.4521	- 0.30	0.768

**Fonte: Dados da pesquisa - Software Stata 10.0**

Número de Observação = 215

F (4, 2010) = 184,44

Prob > F = 0.0000

R2 = 0.7784

Conforme o quadro acima, regressão linear com múltiplas variáveis, o número de observações foi de 216 e o grau de liberdade adotado foi de 4. O R2 quadrado que é o indicador que explica quanto a equação proposta consegue explicar o comportamento da variável dependente foi de 77.62%, ou seja consegue um alto percentual de explicação para o comportamento dos investimentos públicos.

A probabilidade maior que F foi igual a 00, ou seja a probabilidade de aplicarmos este teste em uma amostra com as mesmas características iguais a esta e o resultado for igual a quase de 100%.

No teste do P maior do que T, que chamamos de P – Valor mostra que as variáveis ano e estado não tem uma correlação com grande significância com a variável dependente investimento, entretanto o valor obtido nas variáveis despesas e inversão mostra uma correlação altamente significativa.

O Resultado do Teste T mostram que a variável amortização extrapola os limites da distribuição normal padrão, mesmo com resultado excelente do teste P-Valor, não podemos assim considerar esta variável, dado que outras amostras podem sugeridas resultados diferentes. O resultado do Teste T mostra um resultado de 1,80 para inversões financeiras mostrando que a mesma está dentro dos limites da distribuição bicaudal da normal padrão que é de 3,50 ou -3,50.

O coeficiente obtido na regressão linear são os seguintes:

Inversão	0.371
Amortização	0.6501
Estado	-.0019
Ano	.0046

Através do coeficiente é possível afirmar que as variáveis Inversão, amortização e Ano são diretamente correlacionada com a variável investimento pois tem sinal positivo. Temos que Estados que realizam maiores amortizações e maiores inversões financeiras tem maiores recursos para investimentos.

A variável dependente investimento é influenciada pelas variáveis explicativas inversão e amortização dado que os Estados brasileiros captam recursos para realização de investimentos e assim manter suas amortizações e suas despesas relacionadas a investimentos permitindo que continuem a captar novos recursos.

Quanto maior o risco do devedor menor será o seu acesso a novos créditos, e a mitigação do seu risco está em comprovar sua capacidade de liquidez e solvência, dado o viés de endividamento dos estados brasileiros percebe-se pelas análises realizadas que a necessidade de se manter adimplente é fundamental para continuar a captar recursos para novos investimentos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal averiguar quais estados possuem maior capacidade de investimento, cumprindo suas obrigações regularmente.

Procurou-se conhecer também como é desenvolvido o crescimento econômico e seus índices, identificando a importância da gestão pública no bem estar social e como são realizados os investimentos públicos.

No decorrer da pesquisa verificou-se que a qualidade de vida da sociedade tem sido uma consequência do investimento público. Por isso, os governantes devem ter o controle de despesas e receitas públicas, podendo desta forma obter fundos para investimentos públicos em saúde, educação e infra-estrutura.

Por meio de uma pesquisa exploratória, explicativa, quantitativa estatística referencial com múltiplas variáveis, e com base nos dados extraídos no Balanço Orçamentário, no período de 2005 a 2015 dos estados brasileiros.

Por não conter todos os dados necessários foram excluídos da pesquisa apenas os estados: Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Roraima.

Identificou-se que Estados que realizam maiores amortizações e maiores inversões financeiras tem maiores recursos para investimentos. E que variável dependente investimento é influenciada pelas variáveis explicativas inversão e amortização dado que os Estados brasileiros captam recursos para realização de investimentos e assim manter suas amortizações e suas despesas relacionadas a investimentos, permitindo que continuem a captar novos recursos.

Verificou - se também que quanto maior o risco do devedor menor será o seu acesso a novos créditos, e a mitigação do seu risco está em comprovar sua capacidade de liquidez e solvência, dado a tendência de endividamento dos estados brasileiros percebe-se pelas análises realizadas que a necessidade de se manter adimplente é fundamental para continuar a captar recursos para novos investimentos.

Para próximas pesquisas sugere-se, aplicar as variáveis utilizadas em municípios, ou procurar outras variáveis para justificar esta relação. E Buscar outros testes não parametrizados.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHAUER, D. e Greenwood, J. (1985) Macroeconomic effects of fiscal policy. CarnegieRochester Series on Public Policy.

BAPTISTELLA, M., **O uso de redes neurais e regressão linear múltipla na engenharia de avaliações:** Determinação dos valores venais de imóveis urbanos, Curitiba/PR, 2005.

BARROS, José D' A. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. Revista de Economia Política e História Econômica, nº 11, janeiro de 2008.

BICUDO, R. Um estudo da influência do investimento público e da incerteza macroeconômica no investimento privado no Brasil. Master's thesis, Faculdade de Economia e Administração. IBMEC, São Paulo. Mestrado Profissionalizante em Macroeconomia e Finanças.2007.

BORGES, Douglas O. **Orçamento Público:** um novo enfoque. Brasília: UnB, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério de Orçamento e Gestão. *Lei nº 4.320*, de 17 de março de 1964. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** , Brasília, 23 março 1964. Disponível em: <[http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/leg\\_contabilidade.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp)>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRESSER, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico De Desenvolvimento Econômico.** Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. 2006.

CARDOSO, T. & RIBEIRO, J. C. **Economia para o Homem e Desenvolvimento Regional:** Contribuição para uma Política Regional Alternativa. In: Propostas regionais aos Desafios Globais. Vol. 2. (org. Becker, D.F. & Bandeira, P.S). Udunisc: Florianópolis, 2002.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção Teórica em Economia Regional:** uma proposta de sistematização. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.

CRUZ, Flavio da; SILVA, Vicente Paulo da. **Controle e avaliação na administração pública.** Universidade de Brasília. Brasília, 2001.

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. **Direito administrativo.** 18 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Contabilidade social:** o novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FREITAS, Tiarajú A. de .2010. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico** . Disponível em: < <http://www.sabercom.furg.br/bitstream/123456789/1710/1/Crescimento%20e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%201.pdf>.> Acessado em 08 nov. 2016.

FURTADO, Celso (2004) “**Os desafios da nova geração**”. **Revista de Economia Política** 24(4): 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004.

FREIRE, Elias. **Direito administrativo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 13. ed. ampl. Ver. E atualizada. São Paulo: Atlas, 2007.

GUJARATI, D.N., **Econometria Básica**. 3.ed., São Paulo: Markon Books, 2004.

HIGGINS, Benjamin. **Economic Development**, Nova Iorque: Norton and Co., 1959.  
JONES, C.I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

IPEA. **A Hora e a Vez do Desenvolvimento Regional Brasileiro: Uma Proposta de Longo Prazo**. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão 1729). Disponível em: . Acessado em: 28 out. 2016

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEWIS, W. A. **The Theory of Economic Growth, Homewood**: Ricberã D. Itwin, 1955.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**, Princípios de Micro e Macroeconomia. Editora Campos, 2005

MAZONI, M. G. Gastos públicos e crescimento econômico no Brasil: análise dos impactos dos gastos com custeio e investimento. Dissertação (Mestrado) – FEA/USP, São Paulo, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MENEGUIN, F. B. ; VERA, F. S. **Indicador de Desenvolvimento Sustentável**. In: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. (Org.). **Temas e Agendas para o Desenvolvimento Sustentável**. 1ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado, 2012, v. 1, p. 85-88)

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári da estratégia**. Porto Alegre: Bookmann, 2000.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e Princípios**. In: **Textos de economia**, 4(1) p.131-142, 1993.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002.

Organización Mundial de la Salud - OMS. (2001). **Salud y envejecimiento: un documento para el debate**. Versión preliminar. Boletín sobre el Envejecimiento: Perfiles y Tendencias, 4-5. Disponível em: <[http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/gericuba/perfiles\\_y\\_tendencias.pdf](http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/gericuba/perfiles_y_tendencias.pdf)>. Acessado em 28 out. 2016,

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser . 2008. Crescimento E Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acessado em 08 nov. 2016.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIANI, F. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RESENDE, F. **Finanças públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

REIS, Cristina Fróes de Borja. **Investimento público e desenvolvimento econômico: análise aplicada ao Brasil entre 1950 e 2006, com base em uma perspectiva teórica keynesiana e estruturalista**. 2008. Disponível em: < <https://criticaeconomica.wordpress.com/2008/05/15/investimento-publico-e-desenvolvimento-economico-analise-aplicada-ao-brasil-entre-1950-e-2006-com-base-em-uma-perspectiva-teorica-keynesiana-e-estruturalista/>> Acessado em 08 nov. 2016.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2002.

SANTOS, Moacir José dos & CARNIELLO, Monica Franchi. **Por uma história do desenvolvimento**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 7, n 3 (7). 2011.

SIEDENBERG, D. R.. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

SILVA, L. M.C. **A relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico: uma análise para os municípios paraibanos no período 2000 – 2008**. Dissertação (Mestrado em Economia) UFPB. João Pessoa, 2012.

SOUZA, Bruno Cesar Grossi. **Orçamento Público Conceitos Básicos**. 2014 Disponível em: <<http://www.victorholanda.net/mba/documentos/modulo2/Or%C3%A7amento%20P%>>

[C3%BAblico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20ENAP.pdf.>](#) Acessado em 08 nov. 2016.

TORRES, H. G., Ferreira, M. P., & Dini, N. P. (2003). **Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS**. São Paulo em Perspectiva, 17(3-4), 80-90.

TREMEA, Nádja Jacqueline Coelho. **As exportações e o Produto Interno Bruto do Brasil no período de 2000 a 2009**. Revista ADMpg Gestão Estratégica, v. 4, n. 1, 2011.

VASCONCELLOS, MARCO ANTONIO SANDOVAL DE **Economia Micro e Macro: Teoria e Exercícios, Glossário com 260 Principais Conceitos Econômicos**. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VECCHIATT, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura**. 2004. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004, p. 90-95.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WAUTIEZ, François et alli. **“Indicadores da economia solidária”**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 117 – 183

WILLERS, Hermann. **Langenscheidt taschenwörterbuch deutsch-spanisch**. New York: Langenscheidt, 2006.

## 7. ANEXOS

Estado	Ano	Investimento	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Acre	2005	R\$ 311.349.698,41	R\$ 160.000,00	R\$ 57.602.138,41
	2006	R\$ 542.672.852,56	R\$ -	R\$ 64.339.508,60
	2007	R\$ 356.914.301,91	R\$ -	R\$ 66.046.186,31
	2008	R\$ 575.447.020,72	R\$ -	R\$ 87.462.472,35
	2009	R\$ 1.015.103.594,88	R\$ 87.371,52	R\$ 91.682.595,50
	2010	R\$ 1.096.715.381,43	R\$ 56.550,00	R\$ 103.288.847,53
	2011	R\$ 575.643.335,87	R\$ 12.626.490,56	R\$ 157.498.881,40
	2012	R\$ 812.106.234,78	R\$ 2.086.250,00	R\$ 250.331.028,03
	2013	R\$ 891.493.708,88	R\$ 47.036.571,34	R\$ 234.166.159,69
	2014	R\$ 1.104.243.702,17	R\$ 500.000,00	R\$ 217.909.479,14
	2015	R\$ 396.462.124,80	R\$ 4.189.917,73	R\$ 260.535.882,44
Alagoas	2005	R\$ 384.123.548,26	R\$ 640.000,00	R\$ 212.292.114,22
	2006	R\$ 219.394.184,61	R\$ 1.171.200,00	R\$ 205.957.261,72
	2007	R\$ 162.643.804,89	R\$ 241.623,60	R\$ 283.531.530,58
	2008	R\$ 369.107.410,85	R\$ 1.230.423,05	R\$ 333.730.558,99
	2009	R\$ 558.774.278,01	R\$ 11.711.995,75	R\$ 513.668.553,47
	2010	R\$ 847.140.035,20	R\$ 21.019.845,08	R\$ 400.827.375,91
	2011	R\$ 557.594.386,63	R\$ 8.749.061,56	R\$ 498.591.655,28
	2012	R\$ 746.087.159,71	R\$ 7.860.000,00	R\$ 503.606.944,97
	2013	R\$ 837.334.246,32	R\$ 87.288.123,95	R\$ 413.965.506,71
	2014	R\$ 1.268.867.351,96	R\$ 13.680.072,33	R\$ 438.332.381,06
	2015	R\$ 519.000.000,00	R\$ 39.000.000,00	R\$ 567.000.000,00
Amapá	2005	R\$ 139.329.311,32	R\$ 9.328.823,79	R\$ 19.561.533,16
	2006	R\$ 177.149.954,17	R\$ 13.354.543,78	R\$ 33.933.920,12
	2007	R\$ 153.752.174,55	R\$ 12.902.813,45	R\$ 27.436.369,95
	2008	R\$ 302.669.845,21	R\$ 13.054.830,80	R\$ 26.306.094,35
	2009	R\$ 260.643.551,29	R\$ 2.551.917,24	R\$ 30.056.316,45
	2010	R\$ 239.857.006,03	R\$ 10.296.244,72	R\$ 39.042.188,71
	2011	R\$ 316.036.973,66	R\$ 39.034.490,10	R\$ 111.070.616,66
	2012	R\$ 273.982.895,83	R\$ 437.733.218,00	R\$ 38.992.343,60
	2013	R\$ 613.274.155,00	R\$ 15.953.240,00	R\$ 65.474.477,00
	2014	R\$ 407.540.646,99	R\$ 349.664.321,90	R\$ 68.575.661,25
	2015	R\$ 421.314.112,82	R\$ 9.987.316,29	R\$ 85.551.948,11
Amazonas	2005	R\$ 685.586.134,62	R\$ 27.633.061,81	R\$ 123.940.796,19
	2006	R\$ 891.316.701,82	R\$ 32.097.286,21	R\$ 134.278.010,19
	2007	R\$ 864.053.310,80	R\$ 1.667.011,00	R\$ 131.167.677,88
	2008	R\$ 1.265.917.703,75	R\$ 11.324.962,55	R\$ 144.992.614,81
	2009	R\$ 1.703.007.437,40	R\$ 43.115.563,74	R\$ 155.684.091,46
	2010	R\$ 1.696.249.385,75	R\$ 113.064.734,18	R\$ 162.569.638,57
	2011	R\$ 1.532.369.050,00	R\$ 82.863.409,37	R\$ 248.860.733,87

	2012	R\$ 1.490.749.635,41	R\$ 29.645.265,48	R\$ 340.911.439,83
	2013	R\$ 2.406.378.401,77	R\$ 82.943.681,34	R\$ 370.177.794,57
	2014	R\$ 2.214.697.283,73	R\$ 15.746.935,09	R\$ 331.090.070,94
	2015	R\$ 845.143.539,67	R\$ 51.782.760,33	R\$ 389.289.254,66
<b>Bahia</b>	2005	R\$ 1.009.579.074,00	R\$ 94.083.560,00	R\$ 859.421.348,00
	2006	R\$ 1.046.319.654,00	R\$ 82.784.955,00	R\$ 1.065.764.349,00
	2007	R\$ 825.136.105,00	R\$ 93.097.525,00	R\$ 1.232.659.382,00
	2008	R\$ 1.217.184.803,00	R\$ 197.999.700,00	R\$ 1.457.754.671,00
	2009	R\$ 1.329.025.134,00	R\$ 245.310.087,00	R\$ 1.265.723.920,00
	2010	R\$ 2.046.146.131,00	R\$ 247.641.131,00	R\$ 871.906.354,00
	2011	R\$ 1.752.502.441,00	R\$ 404.295.425,00	R\$ 911.908.264,00
	2012	R\$ 1.836.280.062,00	R\$ 436.520.697,00	R\$ 1.032.095.211,00
	2013	R\$ 2.037.262.606,14	R\$ 3.354.797.262,69	R\$ 2.237.224.593,04
	2014	R\$ 2.540.215.785,00	R\$ 300.194.892,00	R\$ 797.187.318,00
2015	R\$ 2.292.137.950,00	R\$ 281.031.071,00	R\$ 954.914.645,00	
<b>Distrito Federal</b>	2005	R\$ 1.384.787.461,00	R\$ 64.812.304,00	R\$ 93.927.000,00
	2006	R\$ 1.330.867.809,00	R\$ 64.812.304,00	R\$ 93.927.000,00
	2007	R\$ 2.122.385.748,00	R\$ 109.854.741,00	R\$ 103.519.400,00
	2008	R\$ 1.293.291.536,00	R\$ 66.374.016,00	R\$ 119.455.000,00
	2009	R\$ 1.382.848.415,68	R\$ 120.272.712,01	R\$ 124.561.289,85
	2010	R\$ 1.969.727,51	R\$ 152.800,25	R\$ 156.750,64
	2011	R\$ 2.547.599,06	R\$ 190.552,37	R\$ 174.855,41
	2012	R\$ 2.227.322,15	R\$ 542.615,91	R\$ 198.310,45
	2013	R\$ 4.357.043,97	R\$ 323.242,57	R\$ 217.425,06
	2014	R\$ 4.871.181,09	R\$ 442.945,44	R\$ 188.888,76
2015	R\$ 4.630.044,27	R\$ 315.823,93	R\$ 241.284,11	
<b>Mato Grosso</b>	2005	R\$ 605.189.202,01	R\$ 14.486.654,36	R\$ 373.694.168,93
	2006	R\$ 545.929.113,76	R\$ 21.488.052,33	R\$ 267.332.961,24
	2007	R\$ 553.870.982,26	R\$ 11.226.964,42	R\$ 270.043.321,62
	2008	R\$ 833.453.300,50	R\$ 11.807.183,18	R\$ 282.919.761,49
	2009	R\$ 930.882.810,07	R\$ 12.484.379,55	R\$ 350.246.996,60
	2010	R\$ 800.883.138,01	R\$ 3.172.153,01	R\$ 295.472.467,02
	2011	R\$ 709.052.386,85	R\$ 5.461.238,85	R\$ 562.047.982,31
	2012	R\$ 853.731.785,81	R\$ 4.520.000,00	R\$ 1.708.568.353,70
	2013	R\$ 2.363.573.141,93	R\$ 12.194.341,63	R\$ 353.751.468,58
	2014	R\$ 1.763.733.063,75	R\$ 76.905.296,98	R\$ 371.285.369,97
2015	R\$ 848.903.569,86	R\$ 10.875.793,56	R\$ 596.803.938,66	
<b>Minas Gerais</b>	2005	R\$ 845.345.807,25	R\$ 103.872.021,38	R\$ 411.446.191,29
	2006	R\$ 1.155.655.968,91	R\$ 96.183.020,25	R\$ 498.963.230,82
	2007	R\$ 910.687.280,99	R\$ 81.486.925,10	R\$ 465.836.562,54
	2008	R\$ 1.414.866.736,94	R\$ 131.116.357,68	R\$ 529.544.848,92
	2009	R\$ 1.078.285.431,54	R\$ 689.234.239,23	R\$ 1.098.020.566,36
	2010	R\$ 1.713.106.320,60	R\$ 292.371.611,96	R\$ 1.237.318.657,82
	2011	R\$ 1.331.111.988,92	R\$ 258.197.921,59	R\$ 1.632.101.452,96
2012	R\$ 1.061.562.842,30	R\$ 172.396.616,24	R\$ 4.006.626.016,20	

	2013	R\$ 1.529.559.886,24	R\$ 1.116.396.901,04	R\$ 5.211.297.316,76
	2014	R\$ 1.352.955.305,47	R\$ 1.183.290.405,74	R\$ 2.901.579.400,20
	2015	R\$ 1.394.888.701,99	R\$ 343.192.229,53	R\$ 3.504.239.482,61
<b>Pará</b>	2005	R\$ 689.422.057,88	R\$ 104.824.956,91	R\$ 120.003.424,06
	2006	R\$ 951.600.194,36	R\$ 122.563.408,27	R\$ 120.171.457,14
	2007	R\$ 491.697.316,07	R\$ 99.395.718,62	R\$ 126.436.004,05
	2008	R\$ 919.115.328,55	R\$ 157.668.625,96	R\$ 215.211.556,15
	2009	R\$ 827.321.861,65	R\$ 195.446.514,04	R\$ 256.941.794,23
	2010	R\$ 1.332.710.235,15	R\$ 185.609.298,27	R\$ 279.411.650,90
	2011	R\$ 552.381.918,31	R\$ 185.384.608,60	R\$ 333.465.149,03
	2012	R\$ 923.636.005,13	R\$ 182.564.409,86	R\$ 376.860.610,96
	2013	R\$ 1.194.408.927,82	R\$ 174.081.848,97	R\$ 419.991.529,98
	2014	R\$ 1.489.567.929,75	R\$ 188.374.871,66	R\$ 334.291.391,02
	2015	R\$ 1.359.924.415,43	R\$ 192.193.544,97	R\$ 402.341.579,20
<b>Paraíba</b>	2005	R\$ 231.955.888,15	R\$ 22.996.838,45	R\$ 204.513.680,11
	2006	R\$ 270.315.635,96	R\$ 39.187.796,22	R\$ 217.267.465,59
	2007	R\$ 233.711.986,48	R\$ 30.379.281,02	R\$ 188.149.676,43
	2008	R\$ 387.423.686,83	R\$ 43.965.499,47	R\$ 193.780.365,89
	2009	R\$ 470.570.304,86	R\$ 25.627.455,28	R\$ 208.704.728,83
	2010	R\$ 546.081.228,65	R\$ 7.760.285,22	R\$ 190.184.774,49
	2011	R\$ 448.906.043,13	R\$ 20.590.186,89	R\$ 211.170.889,49
	2012	R\$ 657.084.473,33	R\$ 111.023.374,76	R\$ 227.946.833,74
	2013	R\$ 960.969.307,28	R\$ 118.510.795,07	R\$ 252.259.446,02
	2014	R\$ 1.157.701.728,05	R\$ 110.341.094,29	R\$ 204.228.153,42
	2015	R\$ 794.988.409,34	R\$ 77.412.163,06	R\$ 294.723.477,82
<b>Paraná</b>	2005	R\$ 1.095.888.916,57	R\$ 1.894.686,16	R\$ 562.855.230,18
	2006	R\$ 1.392.008.966,58	R\$ 1.415.761,52	R\$ 490.433.906,28
	2007	R\$ 791.629.363,97	R\$ -	R\$ 523.998.549,05
	2008	R\$ 979.698.772,47	R\$ 2.950.000,00	R\$ 571.192.214,34
	2009	R\$ 985.519.063,66	R\$ 146.276.450,48	R\$ 618.934.031,67
	2010	R\$ 1.350.608.385,25	R\$ 330.527.073,31	R\$ 619.871.325,16
	2011	R\$ 759.878.299,90	R\$ 199.097.203,26	R\$ 613.456.648,81
	2012	R\$ 759.878.299,90	R\$ 199.097.203,26	R\$ 613.456.648,81
	2013	R\$ 1.790.133.872,44	R\$ 209.044.019,15	R\$ 699.488.129,52
	2014	R\$ 1.545.227.111,30	R\$ 518.110.798,40	R\$ 819.987.460,27
	2015	R\$ 1.031.571.527,82	R\$ 171.707.862,66	R\$ 928.292.471,50
<b>Pernambuco</b>	2005	R\$ 462.051.036,42	R\$ 59.999.663,21	R\$ 405.775.518,78
	2006	R\$ 636.222.476,71	R\$ 76.474.515,02	R\$ 448.520.398,69
	2007	R\$ 478.233.291,66	R\$ 199.845.181,32	R\$ 413.602.826,39
	2008	R\$ 741.901.432,35	R\$ 342.536.469,53	R\$ 480.334.649,07
	2009	R\$ 1.120.428.078,15	R\$ 766.317.112,91	R\$ 521.269.330,01
	2010	R\$ 1.819.976.494,04	R\$ 558.761.765,76	R\$ 341.219.124,16
	2011	R\$ 1.929.123.557,96	R\$ 529.408.836,96	R\$ 405.118.846,93
	2012	R\$ 2.293.195.488,97	R\$ 681.699.081,19	R\$ 534.955.811,60

	2013	R\$ 2.858.504.704,19	R\$ 956.789.401,18	R\$ 635.042.432,59
	2014	R\$ 2.543.388.194,94	R\$ 636.690.698,18	R\$ 612.171.286,59
	2015	R\$ 1.066.479.955,64	R\$ 298.520.111,77	R\$ 798.507.950,23
<b>Piauí</b>	2005	R\$ 184.522.002,15	R\$ 25.036.607,65	R\$ 112.409.348,57
	2006	R\$ 290.205.414,33	R\$ 12.508.120,30	R\$ 163.733.389,99
	2007	R\$ 216.789.973,17	R\$ 45.788.504,48	R\$ 235.297.862,77
	2008	R\$ 432.528.584,79	R\$ 103.138.018,24	R\$ 221.999.154,28
	2009	R\$ 770.524.525,25	R\$ 225.196.791,74	R\$ 350.829.605,07
	2010	R\$ 763.767.147,62	R\$ 198.060.818,03	R\$ 411.025.605,29
	2011	R\$ 525.347.448,08	R\$ 13.460.405,55	R\$ 593.478.138,94
	2012	R\$ 710.346.494,87	R\$ 117.242.013,60	R\$ 911.659.133,49
	2013	R\$ 1.155.361.397,07	R\$ 133.324.922,92	R\$ 219.185.653,04
	2014	R\$ 918.602.339,68	R\$ 20.017.713,65	R\$ 225.342.920,13
	2015	R\$ 521.154.669,86	R\$ 53.238.988,14	R\$ 258.341.815,97
<b>Rio de Janeiro</b>	2005	R\$ 1.380.255.000,00	R\$ 30.318.000,00	R\$ 712.696.000,00
	2006	R\$ 1.707.162.000,00	R\$ 652.868.000,00	R\$ 728.646.000,00
	2007	R\$ 1.424.199.000,00	R\$ 66.652.000,00	R\$ 840.568.000,00
	2008	R\$ 1.760.242.000,00	R\$ 129.364.000,00	R\$ 887.171.000,00
	2009	R\$ 2.736.537.000,00	R\$ 130.351.000,00	R\$ 1.222.952.000,00
	2010	R\$ 5.165.741.000,00	R\$ 125.180.000,00	R\$ 1.227.768.000,00
	2011	R\$ 4.715.017.000,00	R\$ 240.053.000,00	R\$ 1.630.549.000,00
	2012	R\$ 5.313.867.000,00	R\$ 207.086.000,00	R\$ 2.225.819.000,00
	2013	R\$ 5.614.199.000,00	R\$ 134.175.000,00	R\$ 2.832.809.000,00
	2014	R\$ 7.067.019.000,00	R\$ 79.165.000,00	R\$ 3.446.966.000,00
	2015	R\$ 5.870.950.000,00	R\$ 30.581.000,00	R\$ 3.311.058.000,00
<b>Rio Grande do Norte</b>	2005	R\$ 285.217.650,73	R\$ 113.378.481,00	R\$ 120.613.333,37
	2006	R\$ 415.050.574,69	R\$ 140.045.209,38	R\$ 127.390.772,04
	2007	R\$ 240.300.807,67	R\$ 153.765.643,68	R\$ 138.239.093,84
	2008	R\$ 297.340.076,59	R\$ 210.586.893,96	R\$ 178.490.654,19
	2009	R\$ 491.720.638,31	R\$ 246.175.694,53	R\$ 212.343.960,10
	2010	R\$ 490.729.067,00	R\$ 210.736.672,74	R\$ 190.074.663,74
	2011	R\$ 283.666.373,75	R\$ 273.269.934,46	R\$ 251.995.223,53
	2012	R\$ 414.002.843,42	R\$ 219.841.772,65	R\$ 242.193.050,67
	2013	R\$ 364.958.455,87	R\$ 296.417.762,35	R\$ 610.434.231,54
	2014	R\$ 360.314.121,34	R\$ 247.968.155,88	R\$ 141.640.121,19
	2015	R\$ 425.934.273,71	R\$ 381.565.795,83	R\$ 153.970.813,71
<b>Rondônia</b>	2005	R\$ 170.000.573,60	R\$ 3.990.050,00	R\$ 105.526.059,17
	2006	R\$ 225.593.481,70	R\$ 2.292.924,57	R\$ 101.806.915,50
	2007	R\$ 257.001.002,39	R\$ 294.819,24	R\$ 105.220.027,18
	2008	R\$ 545.354.628,34	R\$ 1.366.385,00	R\$ 111.037.776,65
	2009	R\$ 780.295.882,36	R\$ 3.955.140,00	R\$ 117.771.417,88
	2010	R\$ 602.173.583,77	R\$ 914.182,59	R\$ 133.479.337,85
	2011	R\$ 484.666.575,77	R\$ 23.622.345,00	R\$ 198.157.977,68
	2012	R\$ 448.016.379,36	R\$ 5.000.000,00	R\$ 154.334.176,34
	2013	R\$ 759.275.626,08	R\$ -	R\$ 146.788.508,14

	2014	R\$ 533.609.949,53	R\$ 6.506.718,70	R\$ 139.592.448,66
	2015	R\$ 547.273.053,26	R\$ 1.080.000,00	R\$ 115.684.538,29
<b>Santa Catarina</b>	2005	R\$ 695.505.109,79	R\$ 41.471.746,03	R\$ 274.767.593,43
	2006	R\$ 633.943.187,64	R\$ 14.662.801,48	R\$ 340.049.697,95
	2007	R\$ 595.959.188,17	R\$ 13.222.221,97	R\$ 366.063.201,60
	2008	R\$ 784.334.306,54	R\$ 203.547.831,27	R\$ 454.741.345,97
	2009	R\$ 1.081.146.000,00	R\$ 19.452.000,00	R\$ 497.894.000,00
	2010	R\$ 1.088.781.000,00	R\$ 39.718.000,00	R\$ 428.468.000,00
	2011	R\$ 966.394.000,00	R\$ 58.637.000,00	R\$ 502.668.000,00
	2012	R\$ 972.591.000,00	R\$ 34.720.000,00	R\$ 1.580.810.000,00
	2013	R\$ 1.251.048.000,00	R\$ 244.798.000,00	R\$ 1.583.099.000,00
	2014	R\$ 2.191.033.000,00	R\$ 74.936.000,00	R\$ 561.955.000,00
	2015	R\$ 1.816.000.000,00	R\$ 123.000.000,00	R\$ 835.000.000,00
<b>São Paulo</b>	2005	R\$ 3.747.031.586,07	R\$ 3.176.642.483,08	R\$ 1.097.090.783,21
	2006	R\$ 3.458.838.741,78	R\$ 2.887.956.405,72	R\$ 2.004.669.812,34
	2007	R\$ 3.773.913.983,30	R\$ 3.929.161.154,80	R\$ 2.044.621.266,82
	2008	R\$ 6.992.323.070,56	R\$ 4.298.835.942,31	R\$ 2.225.695.835,91
	2009	R\$ 10.289.699.068,95	R\$ 4.120.147.452,26	R\$ 3.366.896.131,80
	2010	R\$ 12.641.410.030,78	R\$ 3.519.900.111,61	R\$ 3.651.171.059,68
	2011	R\$ 9.684.420.890,30	R\$ 4.463.985.929,35	R\$ 4.137.942.397,94
	2012	R\$ 8.101.099.083,06	R\$ 3.197.012.316,13	R\$ 4.782.895.705,79
	2013	R\$ 13.303.984.251,47	R\$ 4.087.792.858,77	R\$ 5.460.063.650,91
	2014	R\$ 12.637.466.653,00	R\$ 4.436.286.693,00	R\$ 5.776.159.138,00
	2015	R\$ 8.790.219.651,00	R\$ 3.865.179.119,00	R\$ 7.179.203.541,00
<b>Sergipe</b>	2005	R\$ 189.989.715,33	R\$ 98.602.244,69	R\$ 92.240.059,60
	2006	R\$ 272.416.535,78	R\$ 87.821.940,40	R\$ 102.059.214,74
	2007	R\$ 135.254.922,78	R\$ 15.437.680,72	R\$ 126.104.299,54
	2008	R\$ 241.969.423,91	R\$ 104.462.678,06	R\$ 136.541.637,81
	2009	R\$ 257.484.970,23	R\$ 164.265.726,49	R\$ 121.254.622,44
	2010	R\$ 501.271.003,06	R\$ 96.455.884,88	R\$ 112.325.238,97
	2011	R\$ 422.189.869,63	R\$ 53.256.702,88	R\$ 163.905.537,18
	2012	R\$ 369.076.496,92	R\$ 37.441.301,93	R\$ 210.936.948,11
	2013	R\$ 246.265.625,20	R\$ 16.320.173,40	R\$ 537.613.623,07
	2014	R\$ 500.244.930,08	R\$ 21.125.727,54	R\$ 213.340.325,56
	2015	R\$ 337.967.651,29	R\$ 11.371.235,69	R\$ 242.281.197,19
<b>Tocantins</b>	2005	R\$ 697.354.062,77	R\$ 21.582.301,41	R\$ 93.910.986,15
	2006	R\$ 622.403.853,52	R\$ 21.900.207,30	R\$ 90.994.952,67
	2007	R\$ 688.841.209,89	R\$ 31.361.567,16	R\$ 93.964.635,48
	2008	R\$ 1.007.020.346,61	R\$ 15.675.839,01	R\$ 119.971.815,76
	2009	R\$ 772.646.329,97	R\$ 16.003.338,77	R\$ 123.497.551,56
	2010	R\$ 872.538.481,48	R\$ 11.974.549,67	R\$ 95.375.402,00
	2011	R\$ 536.839.577,52	R\$ 25.733.477,42	R\$ 125.858.093,32
	2012	R\$ 547.797.975,92	R\$ 13.398.240,91	R\$ 157.176.299,26
	2013	R\$ 675.775.752,47	R\$ 35.062.221,75	R\$ 227.870.886,13
	2014	R\$ 940.507.639,52	R\$ 17.644.556,12	R\$ 231.824.194,73

	2015	R\$ 1.286.679.780,96	R\$ 42.705.209,00	R\$ 328.976.906,00
--	------	----------------------	-------------------	--------------------

**Fonte: Portal da Transparência**